



Gênero

O segundo conjunto de significados relaciona-se às questões de gênero, ainda pautadas, em nossa sociedade, em relações hierárquicas entre homens e mulheres no exercício da sexualidade. Os valores da feminilidade e da masculinidade são questionados com o surgimento da AIDS. Como fazer que as jovens conversem abertamente sobre o uso do preservativo se este pode representar uma autonomia não condizente com as expectativas, socialmente construídas, de passividade das mulheres nos assuntos relacionados ao sexo? Levar a camisinha na bolsa ou não?

CARVALHO, Márcia Elisa Gonçalves; CARVALHAES, Flávia Fernandes de; CORDEIRO, Rosely de Paula. **Cultura e Subjetividade em Tempos de AIDS**. Londrina: 2005. p. 87.

Os homens não apenas lideram as estatísticas das vítimas de homicídio como também são os principais agressores de homens e de mulheres, no Brasil e no mundo. A compreensão dessa diferença passa necessariamente pelo entendimento de como homens e mulheres são socializados e qual o papel que a violência e o risco jogam na construção do ser social masculino. Muitos estudos têm chamado a atenção para a existência de um ethos masculino que associa violência a masculinidade, apesar de existirem muitas variações a depender da posição social e do contexto cultural considerados. O recurso à violência aconteceria sobretudo quando o homem considera necessário restabelecer sua honra, autoridade ou poder ameaçados. A violência contra a mulher nas relações conjugais exemplifica muito bem esse mecanismo: como a honra masculina depende do comportamento sexual da mulher, o homem sente-se na obrigação de “punir” a esposa quando desconfia de tal comportamento.

BUNING, Ernst; et al. **Álcool e Redução de Danos – uma abordagem inovadora para países em transição**. Brasília: MS, 2004. p. 57.

Por sua vez, o conceito de gênero trata de pontualizar não apenas a diferença mas as DIFERENCIAÇÕES dos, e entre os, sexos e, ainda, o constituinte da identidade dos sujeitos. Acentua Suárez (1996:1) que “[...] gênero é a diferença primordial, por ser a primeira a ser experimentada pelo sujeito. Isto porque a constatação inicial de identidade que se faz, no momento do nascimento, é se a criança é

“A violência de gênero é um abuso de poder que fragiliza as relações entre homens e mulheres, baseia-se em uma sociedade patriarcal e machista.”

menina ou menino e, conforme for, o recém-nascido passará a receber um tratamento específico de mulher ou de homem”. Ou seja, na biologia, a diferenciação é a aquisição de propriedades funcionais diferentes por células e por gens. Nas sociedades e na cultura, é possível atribuir-se aos dois sexos funções iguais e diferentes dentro do mesmo código corporal e do espaço social. Vale dizer que as diferenças podem estar presentes tanto no plano intersubjetivo, quanto no intra-subjetivo e são, sobretudo, manifestadas em dois campos fundamentais, o da divisão sociosexual do trabalho e o da divisão sexual do trabalho e de reprodução, onde essas características subdeterminam uma diferenciação em relação à biologia. Assim, pode-se compreender os sujeitos como tendo “[...] identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias [...] ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito [...] pretende-se referir, portanto, a algo que transcende ao mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o” (Louro, 1997:Z4-5).

A utilização da categoria de gênero, construída como categoria histórica e cultural, busca compreender as designações e os pressupostos a que o sexo biológico remete como elemento definidor e naturalizador de características, qualidades e potencialidades de homens e mulheres, através da história e das diferenças culturais.

Desse modo, a categoria de gênero não descarta da análise os elementos da biologia, mas destaca a incorporação na análise dos aspectos que são SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS. Nessa direção, pode-se lembrar que a noção de gênero inclui, também, além dos elementos sociais e culturais, as características individuais de homens e mulheres, tais como atitudes, sentimentos, cores, valores, condutas, que normalmente são atribuídas pela sociedade do sexo.

O uso da noção de gênero, pensada na sua historicidade, implica considerar, além das relações entre os sexos, as relações de poder e hierarquia. Como as desigualdades entre sexos estruturam as demais disparidades sociais e de como

Violência
e Tráfico

Gênero

Redução
de Danos

Raça

afetam outros domínios da vida que aparentemente não estariam ligados a elas? Neste sentido, Scott (1944:14) define “[...] gênero como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Assim, a categoria de gênero pode constituir-se como elemento tanto da organização social, como das relações de poder, de dominação e de subordinação, que são construídas na cultura, a partir da distinção (masculino/feminino), estabelecendo e organizando as relações sociais em geral. “Quando compreendermos o modo pelo qual são construídas as diferenças, compreenderemos a maneira como seus significados se apresentam” (Vianna et al, 1996:20).

BANDEIRA, Lourdes. *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil*. Hucitec e Population Council. São Paulo: 1999. p. 183, 184, 189, 190.

O conceito sociológico gênero vem se definindo na crítica ao entendimento essencialista de que a condição de ser mulher ou homem está fixada na diferença sexual. Por isso, o conceito procura promover a distinção entre sexo e gênero, entre o dado e o construído, bem como destacar que a realidade expressiva é sempre a realidade construída.

Nosso argumento é que boa parte da violência e da criminalidade masculina e feminina pode ser melhor entendida quando se parte do suposto que elas são verdadeiras encenações dos papéis que, conforme o imaginário de gênero cabe às mulheres e aos homens desempenhar. Por exemplo, como os dados da PNAD/1988 (IBGE, 1990) mostram, mesmo que eventualmente possa ocorrer, a qualquer um (a), no tocante a probabilidade é bastante inesperado que mulheres sejam assassinadas dolosamente em logradouros públicos e, ainda mais, que homens sejam violentados no interior de suas residências. Esses dados, examinados na terceira parte deste artigo, revelam, uma vez mais, a privacidade que cerca o habitat feminino e a estreita relação entre essa privacidade e as práticas da violência contra as mulheres, dentre as quais se notabilizam as que encontram na sexualidade o meio de realizar a agressão.

Os homens agredem e são agredidos na rua, em assaltos, seqüestros, roubos, brigas entre quadrilhas do tráfico de drogas, linchamentos, arbitrariedades policiais, execuções de grupos de extermínio e justiceiros, acidentes de trânsito, entre outros. Eles têm sido os principais executores vítimas dessas formas de violências, o que é, sem dúvida, séria questão de saúde pública. A esse respeito, Schraiber (1996:137)

nota que:

“se tomarmos as taxas de mortalidade por causas externas no Brasil, em 1989, a sobre mortalidade masculina mostra por si só o quanto o atual padrão de desigualdade de gênero pode ser cruel também para os homens. Pois, dos 20 aos 39 anos, a taxa de mortalidade masculina por causas externas é oito vezes maior do que em relação às mulheres [...]. Entre os homens os acidentes de trânsito ocupam o primeiro posto conjuntamente com os de homicídios (26,9%); portanto, os homicídios e os acidentes são, do ponto de vista das causas externas, os mais importantes.

SUÁREZ, Mireya; MACHADO, Lia Zanotta; BANDEIRA, Lourdes Maria. *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil*. Hucitec e Population Council. São Paulo: 1999. p. 278, 280, 293.

A violência de gênero é um abuso de poder que fragiliza as relações entre homens e mulheres baseia-se em uma sociedade patriarcal e machista. A violência doméstica se fez ouvir em inúmeros depoimentos.

MENEGHEL, Stela; et al. *Cotidiano violento – oficinas de promoção em saúde mental em Porto Alegre*. *Ciência e Saúde Coletiva*. Porto Alegre: 2000. p. 200.

A bordar a violência contra mulheres e sua interface com a saúde, bem como dar visibilidade à questão da sexualidade e do sexo forçado na conjugalidade implicaria, entre outras tarefas no reconhecimento da violência como “objeto” do setor saúde, considerando-se tanto a concepção ampliada de saúde como o impacto provocado na qualidade de vida, na integração de temas como sexualidade, gênero e direitos humanos na prática de equipes multidisciplinares para humanização do atendimento e problematização das situações abordadas; em acolher e fazer interagir demandas femininas e masculinas, buscando-se facilitar tanto uma maior assertividade do sujeito sexual feminino (para além dos “sujeitos do não”) como resgatar a reciprocidade entre os gêneros em tempos de precarização das relações de trabalho e de renegociação de “dívidas conjugais”; na operacionalização interdisciplinar do atendimento em saúde; e, na articulação intersetorial de serviços (Delegacias, Instituto Médico Legal, Unidades de Saúde, entre outros) que faça valer o direito a uma atenção integral para “vítimas”, “autores” de violência e seus familiares, evitando-se a “revitimização” através de uma “rede articulada de assistência médica, psicológica, jurídica, policial e social”.

Vulnerabilidade

Turismo

Álcool e outras Drogas

Promoção/Prevenção

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GRIFFIN, Karen. *A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?*. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Mar/Abr 2005. p. 424.

O feminismo lançou os questionamentos e as idéias que vão historicamente produzir o conceito de direitos reprodutivos e servir de base para a construção de direitos sexuais. Pode-se dizer que no primeiro caso há uma autoria original do feminismo, e no segundo uma autoria compartilhada entre vários movimentos sociais, sendo os mais relevantes o movimento gay, o movimento lésbico e o movimento feminista. Hoje, esses conceitos estão amplamente utilizados, pode-se mesmo afirmar que há uma disputa de significados em torno deles, que engloba muitos outros atores e sujeitos para além desses que estão ligados a suas origens.

Mais recentemente, temos assistido ao surgimento de homens organizados que defendem os direitos reprodutivos para as mulheres e também a extensão desses direitos para os homens. Os homens organizados que defendem essa proposição também estão se contrapondo ao modelo patriarcal ainda hegemônico. A relação dos homens frente à sexualidade e à reprodução está inscrita em um padrão de relações sociais baseado na desigualdade de gênero, e a alteração desse padrão é uma ruptura com essa ordem do poder patriarcal instituída pelos próprios homens. A questão do poder é um campo a ser explorado nas discussões políticas sobre esses direitos na perspectiva feminista. Esse modelo hegemônico distancia os homens dos cuidados paternos e os libera da responsabilidade com a prevenção da gravidez indesejada e também das doenças sexualmente transmissíveis. Alterar esse modelo significa buscar uma sociabilidade na qual o sentido da paternidade e da maternidade sejam completamente transformados, levando a uma divisão sexual igualitária do trabalho no âmbito doméstico e em particular nas tarefas de cuidar das crianças na vida cotidiana. Assumir a responsabilidade e a divisão de tarefas na contracepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e certamente em todas as outras dimensões da vida reprodutiva. Não se trata portanto de garantir a inclusão dos homens nos direitos reprodutivos, mas os direitos reprodutivos significam uma transformação de uma forma de inserção dos homens na esfera reprodutiva. A transformação cultural é uma dimensão estratégica para produção de uma nova forma de relação entre os homens e as mulheres com base nos direitos reprodutivos.

Uma política pública de saúde comprometida com a promoção integral dos direitos reprodutivos e sexuais representará uma conquista política para democracia. Fortalecerá o processo de democratização da sociedade brasileira, contribuindo para superar suas heranças autoritárias, patriarcais e homofônicas. Contribuirá também, para alterar os limites impostos pelo Estado à vida privada e assim contribuirá para uma cidadania que se estende à vida cotidiana. É importante lembrar a influência do poder e saber médicos nas definições tradicionais das regras que serviram para reprimir e controlar as vivências sexual e reprodutiva. Influência que se deu tanto no âmbito da instituição familiar quanto dos serviços de saúde. O saber no campo da saúde ao se deslocar do lugar de sustentação da repressão para o lugar de garantia de direitos passa por um processo de transformação. Estamos portanto, tratando de superar processos que levem a uma democratização da vida social.

ÁVILA, Maria Betânia. *Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde*. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 2003. p. 466, 467, 468.

Hoje, pensar sobre o que é ser homem nas sociedades contemporâneas significa buscar compreender, a partir de distintas disciplinas, como atuam a epidemiologia e as ciências sociais, as situações de vulnerabilidade aos riscos de vir a ser autor ou vítima de violência, sobretudo quando se é jovem. Implica admitir que não se pode pensar a juventude em geral, e brasileira em particular, sem que o tema da violência venha à pauta nas suas mais diversas expressões. Requer também admitir que existe uma parcela de jovens para os quais o simples fato de viver é, por si só, um grande risco e que há um preço a pagar pelo fato de ser jovem e homem em uma sociedade de injustas e intensas desigualdades. Em meio às adversidades das condições ambientais nas quais vivem, esse risco é cotidiano e mesmo banalizado, tanto no fato de as crianças brincarem com armas de fogo reais, como nas relações interpessoais e de gênero marcadas por práticas violentas, ou ainda, na quase indiferença diante da morte violenta freqüente de amigos e parentes.

SOUZA, Edinilsa Ramos. *Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde*. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2005. p. 68.

Consideramos que atitudes e intenções reprodutivas e sexuais estão sempre referidas a concepções mais

gerais de masculinidade e feminilidade. As práticas sexuais e reprodutivas dos homens refletem uma construção social do sexo na qual a representação simbólica da masculinidade tem papel importante na definição dos comportamentos e atitudes dos homens relacionados à sexualidade e à reprodução. Assim como as feminilidades, as masculinidades ocupam um lugar na dimensão simbólica e nas relações sociais e institucionais. A masculinidade, assim como a feminilidade é construída socialmente, é histórica, mutável e relacional (Connell, 1995; Kimmel, Messner, 1995). Há uma diversidade de tipos de masculinidades, que correspondem a diferentes inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural e a trajetórias e estágios diferentes do seu ciclo vital (Connell, 1995). Relações entre gênero, poder, hierarquia e reciprocidade, permeiam os encontros sexuais e as relações entre homens e mulheres, dando forma e dinâmica as práticas sexuais e reprodutivas.

ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra Unbehaum; MEDRADO, Benedito. **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. 1ª ed. São Paulo: ECOS, 1998.

Identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os homens e as mulheres. Você já sabe que os padrões sociais relativos a gênero podem variar segundo a cultura, a classe social, a época histórica. Nossa cultura privilegia a diferença sexual (ter pênis ou vagina) como sendo a base da identidade de gênero. Desse modo, as diferenças anatômicas entre os sexos são tomadas como base não apenas para dividir o mundo entre homens e mulheres, como também para definir quem deve se sentir masculino ou feminina. No entanto, como já vimos, há muito mais coisas em jogo, além da anatomia, quando se trata de gênero.

Ao pensarmos em sexualidade somos remetidos à idéia de orientação sexual. Orientação sexual se refere ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje, são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional por pessoas do sexo oposto); a homossexualidade (atração física e emocional por pessoas do mesmo sexo); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo mesmo sexo quanto pelo sexo oposto).

Ao contrário do que a palavra sugere, heteronormatividade não tem a ver com heterossexualidade ou heterossexuais necessariamente. Trata-se de uma norma muito forte

em nossa sociedade e que está presente na visão de mundo e na vida de pessoas de todas as orientações sexuais.

Essa norma diz que sexo, gênero e desejo devem estar em uma única sintonia (não pode haver corpo masculino, com comportamentos femininos e que deseje o mesmo sexo, por exemplo) e estabelece padrões de como devem ser os corpos, comportamentos, atitudes e como e para onde deve se voltar a sexualidade de homens e mulheres.

Texto elaborado pela facilitadora Regina Facchini, da Associação da Parada do Orgulho GLBTT, para o módulo sobre “gênero, direitos sexuais e reprodutivos” da capacitação realizada no município de Diadema/SP.

O gênero, a grosso modo, refere-se à construção social do sexo. Sexo designa assim a caracterização anatômica e fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero pretende fazer uma distinção entre o dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham a presença de dois sexos na natureza. Há machos e fêmeas na espécie humana, mas a condição de ser homem ou ser mulher só é realizada pela cultura. O conceito de gênero refere-se a uma construção social e, neste sentido, implica uma divisão entre o corpo social e natural. O gênero assim se refere em geral ao processo social de divisão e classificação das pessoas e das práticas sociais em termos de identidades sexuadas. Tal processo envolve com freqüência a criação de hierarquias entre estas divisões, i.e. uma categoria de identidade é privilegiada enquanto outra é desvalorizada.

Estando imbricadas na cultura, as concepções relativas à como deve ser e ao que pode fazer uma mulher ou um homem são amplamente compartilhadas e têm importantes conseqüências na vida social. Tais expectativas sociais têm implicações no nível individual – de comportamento, por exemplo – e também em nível institucional na formulação ou execução de políticas públicas, por exemplo. É assim que observamos como a oposição binária e hierárquica do gênero, em que o pólo masculino é o positivado, pode ser relacionada às vulnerabilidades (institucional, social e individual) de diferentes grupos no caso da epidemia de HIV/Aids, que é passa pelos processos de “heterossexualização”, “feminização” e “pauperização” da epidemia.

Texto elaborado pela facilitadora Andréa Fachel Leal, Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o módulo sobre “gênero, direitos sexuais e reprodutivos” da capacitação realizada no município de Porto Alegre/RS.